UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS FINANCEIROS

Miriam de Freitas Padilha

CRÉDITO CONSIGNADO: contratações no período entre 2009 e 2010 no Banco Consig

Porto Alegre 2011

Miriam de Freitas Padilha

CRÉDITO CONSIGNADO: contratações no período entre 2009 e 2010 no Banco Consig

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Prof. Dr. Oscar Claudino Galli

Porto Alegre

2011

Miriam de Freitas Padilha

CRÉDITO CONSIGNADO: contratações no período entre 2009 e 2010 no Banco Consig

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Negócios Financeiros.

Prof ⁻			
Prof.			
BANCA EXAM	INADORA:		
Aprovado em	de	de 2012.	

RESUMO

O crédito consignado vem apresentando uma taxa de crescimento maior que outras modalidades de crédito pessoal por apresentar taxas de juros menores e facilidade na contratação, sendo viabilizado via convênios firmados entre instituições financeiras e empresas pagadoras de proventos, o que garante também uma maior segurança para as pessoas tomadoras do crédito. Por isso esta modalidade de crédito é utilizada muitas vezes para adquirir bens e pagar dívidas com juros mais altos. A fim de compreender melhor essa questão, a presente pesquisa realizou um estudo de caso em um renomado banco que oferece o produto crédito consignado, tentando identificar o aumento do consumo e os motivos que levaram os clientes pessoa física do banco a contratarem esse produto entre 2009 a 2010. Para preservar a identidade dos colaboradores da pesquisa, o Banco objeto do estudo foi identificado neste trabalho apenas como "Banco Consig". Foi realizado um questionário para a pesquisa e abordados funcionários públicos que contrataram a modalidade de crédito no período analisado questionando: qual o real aumento do crédito consignado e quais as finalidades da utilização?

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRAFICO 1 - EVOLUÇÃO DO CREDITO PESSOA FISICA DE 2006 A 2010 (MILHOES)	11
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO PARA TRABALHADORES	
PÚBLICOS E PRIVADOS DE 2006 A 2010 (MILHÕES).	17
GRAFICO 3 - SEXO DA AMOSTRA DE CLIENTES PESQUISADOS	21
GRAFICO 4 – ESTADO CIVIL DA AMOSTRA DE CLIENTES PESQUISADOS	21
GRAFICO 5 – FAIXA ETÁRIA DOS CLIENTES PESQUISADOS	22
GRAFICO 6 – RENDA BRUTA DOS CLIENTES PESQUISADOS	22
GRAFICO 7 – HISTÓRICO DE CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NO BANCO	
CONSIG	23
GRAFICO 8 – VALOR DAS PARCELAS CONTRATADAS DE CRÉDITO CONSIGNADO NA	
AMOSTRA ANALISADA	23
GRAFICO 9 – VALOR DAS PARCELAS CONTRATADAS EM RELAÇÃO A RENDA DOS	
CLIENTES	24
FIGURA 01 – FORMAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS.	10
TABELA 1 – PRINCIPAIS MODALIDADES DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS NO	
BANCO CONSIG	20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CENÁRIO CREDITÍCIO BRASILEIRO	9
2.1	MECANISMOS DE TRANSMISSÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA NO	
	BRASIL	9
2.2	CRESCIMENTO DO CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA	. 11
2.3	POLÍTICA MONETÁRIA E CRÉDITO NO PERÍODO DE 2008 A 2010	. 13
2.3.1	CRISE SUBPRIME	. 14
2.3.2	AÇÕES GOVERNAMENTAIS E DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PAR	RA
	INCENTIVO AO CRÉDITO	. 15
2.4	CRÉDITO CONSIGNADO	. 15
2.5	MERCADO DE CRÉDITO CONSIGNADO	. 16
2.5.1	CRÉDITO CONSIGNADO NO BANCO CONSIG EM 2009 E 2010	. 17
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	.18
3.1	BANCO CONSIG	. 18
3.2	PÚBLICO ALVO DA PESQUISA	. 18
3.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	. 19
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	20
5	CONCLUSÃO	25
6	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
APEI	NDICE 1	29

1 INTRODUÇÃO

O crédito consignado é uma modalidade de crédito pessoal, onde o individuo tem o desconto das parcelas em sua folha de pagamento, garantindo a empresa que concedeu este empréstimo, um maior nível de retorno do capital, diminuindo assim o risco de inadimplência. Este crédito é viabilizado via convênios firmados entre instituições financeiras e empresas pagadoras de proventos, o que garante também uma maior segurança para as pessoas tomadoras do crédito. Este modelo também prevê um menor custo para ambos os envolvidos.

Durante o período da crise internacional do *Subprime*, ocorrido em 2008 e que se estendeu até 2010, ocorreu aumento significativo da contratação de crédito pessoa física no Brasil. A polícia monetária brasileira no decorrer da crise foi a favor deste aumento, impulsionando o crédito graças à conjunção favorável de taxas de juros declinantes e prazos em expansão.

Conforme Indicadores Econômicos Consolidados do Banco Central¹ do Brasil, observa-se que o crescimento do crédito consignado dos últimos anos tem sido mais elevado do que os demais créditos pessoais, pois possui como atrativos melhores taxas e maior facilidade de obtenção. Também pode-se observar um endividamento do consumidor com bens de médio e longo prazo, como é o caso de financiamentos de veículos e imóveis, nos últimos anos, o que sugere-se um maior comprometimento da renda para investimentos pessoais.

Nesse contexto questiona-se: qual o aumento no volume de crédito consignado, ofertado a pessoas físicas, no período de 2009 e 2010 e qual o endividamento em relação ao rendimento do cliente?

A fim de compreender melhor essa questão, a presente pesquisa realizou um estudo de caso em um renomado banco que oferece o produto crédito consignado, tentando identificar o aumento do consumo e o comprometimento da renda dos clientes pessoa física do banco que contrataram este produto. Para preservar a identidade dos colaboradores da pesquisa, o Banco objeto do estudo foi identificado neste trabalho apenas como "Banco *Consig*".

_

¹ Banco Central, SGS – Sistema Gerenciador de Series Temporal

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar no período de 2009 e 2010, o real aumento do volume de contratações do crédito consignado para pessoas físicas no Banco *Consig* e como a renda dos clientes foi comprometida na contratação.

Para que o objetivo geral seja alcançado, pretenderam-se como objetivos específicos:

- Pesquisar o consumo do produto crédito consignado antes e durante o período de 2009 e 2010 no Banco Consig;
- Verificar qual percentual de comprometimento da renda dos clientes pessoa física com os recursos contratados via crédito consignado entre 2009 e 2010.
- Analisar o crescimento de consumo do produto crédito consignado no banco Consig e o perfil dos clientes consumidores desse produto.

Através de uma investigação sobre o panorama do crédito consignado pretendese divulgar os benefícios e evolução para o setor bancário e para os clientes pessoa física das instituições que o demandam.

O resultado da pesquisa pode ser útil para verificar a sustentabilidade deste tipo de crédito e fazer um panorama de sua evolução para os próximos anos. Também, sabendo para qual intenção o crédito consignado é contratado podem-se realizar campanhas publicitárias específicas e contribuir com outros setores bancários. Além disso, os riscos abrangidos por esta modalidade de crédito podem ser estudados e assim colaborar para uma melhor análise na concessão do crédito por parte de funcionários e da administração do Banco.

Para discorrer sobre o assunto, este trabalho é apresentado em três capítulos. O primeiro Capítulo compreende os principais conceitos relacionados ao assunto foco desta pesquisa. No Capítulo 2 é explicado os procedimentos metodológicos do trabalho e no Capitulo 3 são apresentadas as análises dos resultados alcançados na pesquisa.

2 CENÁRIO CREDITÍCIO BRASILEIRO

Para conter os efeitos da crise internacional no Brasil sobre a demanda de crédito e o endividamento das pessoas físicas houve em meados de 2008, uma reformulação na política monetária brasileira tanto por parte do governo através de políticas creditícias, como pelas instituições financeiras que são responsáveis pela transmissão desta política. Neste capítulo serão abordados os principais fatos do período de 2008 a 2010 na economia brasileira e mundial, período onde ficaram evidenciadas as conseqüências da crise internacional no crédito ofertado pelos bancos brasileiros e o incentivo para a contratação como política do governo. Também será abordado o crescimento do crédito no Brasil neste período e os principais tipos de crédito ofertados a pessoas físicas destacando o crédito consignado que é o objeto desta pesquisa.

2.1 Mecanismos de transmissão da Política Monetária no Brasil

Existem vários canais de transmissão por meio dos quais a política monetária pode afetar a variação do nível de preços: a estrutura a termo da taxa de juros, taxa de cambio, crédito e preço dos ativos. Mudanças nestas variáveis irão afetar o produto, que é o objetivo final da economia de um país.

O mecanismo de transmissão da política monetária no regime de metas que vem sendo utilizado no Brasil desde 1999, funciona da seguinte forma. Variações na taxa de juros da economia, ao afetarem os canais de transmissão citados acima, influenciam as decisões de investimento e de consumo dos agentes afetando a demanda agregada e o nível de preços. Assim, uma alteração da taxa de juros, induz no médio e longo prazo, alterações no nível de consumo e investimento, pressionando a inflação para cima, ou para baixo. As taxas de juros afetam o consumo de bens duráveis e os investimentos com defasagem de 3 a 6 meses. O hiato produto demora outros 3 meses para ter impacto significativo sobre a inflação. Calcula-se, portanto que a defasagem seja de seis a nove meses na transmissão da política monetária através do canal da demanda agregada. (Bogdanski et al, 2000).

No regime de metas de inflação, a taxa de juros de curto prazo da economia é regulada de acordo com as expectativas de inflação (calculadas através de modelos econométricos). Esta taxa irá influenciar as demais taxas da economia, como as praticadas pelas instituições financeiras na concessão de crédito para consumo e

investimentos. Assim, expectativas de variações nesta taxa, antecipam as decisões dos agentes. Segundo Fonseca (2008, p. 42):

A diminuição da taxa de juros afeta as decisões sobre o investimento das empresas, tornando viáveis alguns projetos que antes estavam "engavetados", provocando assim um aumento no dispêndio com investimento por parte das empresas. Como os gastos dos consumidores com bens duráveis e com moradia também podem ser considerados positivamente sensíveis à taxa de juros, de forma que quando essa cai, tais componentes da demanda agregada também aumentam. Os aumentos do investimento das empresas e do dispêndio dos consumidores provocam um aumento sobre a renda que, por sua vez, aumenta o consumo e cria um efeito multiplicador na renda final que se ajusta ao novo nível de taxa de juros real, o que aumenta a demanda agregada, a renda e, por conseqüência, o produto.

Assim, as expectativas dos agentes econômicos em relação às taxas de juros e disposição do crédito, condicionam a comportamentos futuros na economia quanto a investimentos, poupança e consumo. Na figura 01 é demonstrada a formação da taxa de juros na economia. O mercado financeiro via instituições financeiras é o principal formador das taxas, pois atua tanto como captador como emprestador na economia.

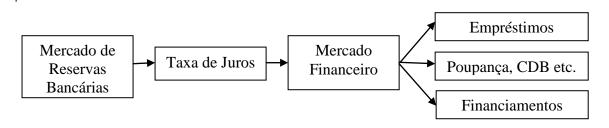


Figura 01 – Formação das Taxas de Juros.

Fonte: Modenesi (2005, p. 368).

Outra variável que é afetada pelos mecanismos, é a taxa de cambio que exerce impacto sobre o nível de preços e altera a competitividade da produção doméstica frente a internacional, assim como influencia o fluxo de capitais externos no país. Num regime de mobilidade de capitais e câmbio flutuante uma elevação na taxa de juros torna os títulos internos mais rentáveis, aumenta a entrada de capital estrangeiro e provoca valorização do câmbio o que exerce uma pressão de baixa sobre a inflação. Ao contrario, se há uma diminuição da taxa de juros, desvalorização cambial e aumento das exportações após algum tempo e consequentemente da renda.

2.2 CRESCIMENTO DO CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA

A expansão ao acesso ao crédito no Brasil é um fenômeno recente tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas, e é o que vem movimentando a economia do crédito no Brasil nos últimos anos. Assim, com a redução da taxa de juros de curto prazo as instituições financeiras de crédito deixam de depender da lucratividade da captação de depósitos e passam a depender do crescimento das operações de crédito.

A maior evolução do crédito no Brasil no período anterior a crise do *Subprime* do exterior foi de 2004 a meados 2008 onde este crescimento triplicou conforme os dados no gráfico 01. Percebe-se que este momento coincide com o período onde as taxas de juros da economia estão em decréscimo, caracterizando um momento onde o canal do crédito da política monetária atuou diretamente na economia.

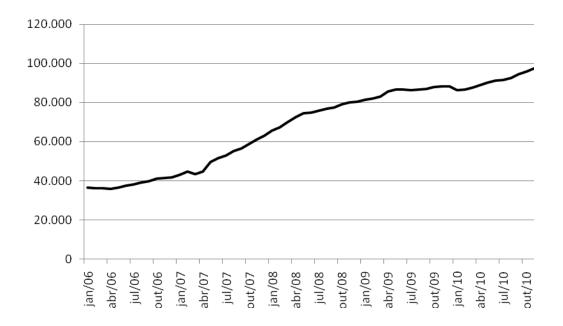


Gráfico 1- Evolução do Crédito Pessoa Física de 2006 a 2010 (milhões).

Fonte: Banco Central, SGS – Sistema Gerenciador de Series Temporal

Em 2008, pode-se dividir a economia brasileira em dois cenários. O primeiro nos três primeiro trimestres do ano, onde se evidenciou um forte crescimento sustentado pelo consumo e pelo investimento privado. O segundo período que se deu no último

trimestre do ano foi marcado pela forte crise internacional sobre o crédito interno e sobre as perspectivas dos agentes econômicos. Mesmo assim, o PIB cresceu 5,13% no ano. A economia internacional já sinalizava políticas contracionistas, embora as principais economias emergentes continuassem fortes e aparentemente pouco afetadas pela crise hipotecária nos EUA, constituindo contraponto aos efeitos da desaceleração das economias maduras (BCB, 2008). A taxa de juros real terminou o ano de 2008 em 10% a.a.

A economia brasileira em 2009, embora tenha tido crescimento negativo no acumulado do ano em torno de -0,2% apresentaram reação à crise principalmente através da demanda interna de investimento. A inflação ficou pela segunda vez abaixo da meta em 4,31% pois a forte desaceleração da economia global gerou pressões baixistas sobre os preços. Considerando-se as defasagens entre a implementação da política monetária e seus efeitos tanto sobre o nível de atividade como sobre a inflação, a taxa de juros teve uma sucessão de quedas até chegar ao final do ano num patamar abaixo dos cinco pontos percentuais, menor valor em 10 anos da política monetária de metas de inflação (BCB, 2009).

De junho de 2008 a junho de 2009, houve uma estagnação no crédito decorrente da falta de confiança dos agentes que se depararam com a crise internacional, embora não tenha ocorrido redução do volume de crédito. Isto demonstra o fator positivo da política de regime de metas adotado no Brasil, uma vez que o anúncio do aumento da taxas de juros da economia coordenou as expectativas de variação de preços tanto da inflação quanto do crédito. Destaca-se neste período de crise a atuação dos bancos Públicos que por determinação do governo, injetaram crédito para estimulo na economia, mantendo assim o volume, como verificado.

O crescimento do crédito a pessoas físicas foi favorecido pelo comportamento positivo dos indicadores de emprego e renda, pela crescente bancarização e pela tendência de alongamento de prazos e de manutenção de taxas de juros em patamares moderados, frente ao padrão histórico brasileiro. Os efeitos da crise financeira internacional sobre o consumo das famílias e, em conseqüência, sobre o crédito a pessoas físicas, foram moderados, em relação ao que se observou para pessoas jurídicas. A deterioração geral das expectativas refletiu-se de forma relevante na propensão a consumir, comprometendo, particularmente, as intenções de compra de bens duráveis (BCB, 2010).

As artifícios de geração crédito que o Brasil adotou no pós crise de 2008 é um mecanismo de transmissão da polícia monetária muito eficiente e que tem-se utilizado na atua conjuntura brasileira. Este mecanismo será visto mais detalhadamente no próximo capítulo.

2.3 Política Monetária e Crédito no período de 2008 a 2010

Em relação ao canal do crédito, ao diminuir a taxa de juros e elevar o volume de reservas bancária disponíveis, a autoridade monetária faz aumentar a quantidade de recursos disponíveis para empréstimos. Aumentando o volume dos empréstimos, conseqüentemente haverá uma alteração na curva de oferta de crédito incentivando o investimento e consumo de bens duráveis, determinando uma ampliação da demanda agregada, também pressionado o nível de preços para cima. O volume de moeda é um fator importante neste canal, pois quanto maior este volume maior o valor disponível para empréstimos.

Utilizando esta metodologia o Governo incentivou o crédito na economia Brasileira a partir de 2009, diminuído a taxa de juros da economia para que os bancos repassassem para os consumidores de crédito fontes de mais viáveis de recursos e instigassem a necessidade de adquirir bens de consumo.

Segundo Stiglitz e Greenwald (2004), os bancos comerciais possuem uma função muito importante na política monetária como agente facilitador do canal crédito, pois são os responsáveis a fornecer os empréstimos. Principalmente as pequenas e médias empresas necessitam dos bancos por não conseguirem chegar ao mercado de capitais e tomar recursos diretamente dos investidores. Para que isto ocorra sem maiores riscos é necessário que os bancos possuam condições em avaliar a qualidade dos tomadores destes empréstimos. Além disso, os bancos são as únicas instituições com o poder de criar moeda, ou seja, podem emprestar valores que excedem os seus depósitos, gerando um efeito multiplicador na economia (Modenesi, 2005).

Ao contrário dos demais canais da política monetária, o canal crédito consegue equilibrar o mercado quando há uma subida da taxa de juros da economia. Ao aumentar a taxa de juros de empréstimos incompatível com o retorno esperado, os bancos podem correr o risco de inadimplência por parte dos tomadores. Isso faz com que os bancos prefiram não emprestar nestas condições, mesmo havendo liquidez (Modenesi, 2005). Neste contexto foi observado em meados de 2010 um aumento das taxas de juros da

economia, reação do governo para conter a inflação e diminuir a inadimplência do crédito, pois havia riscos, não somente para os bancos mas para toda a economia, uma vez que também é função do banco a determinação de avaliar para quem irá emprestar, determinando assim a oferta de crédito e com isso o volume do consumo e investimentos na economia.

2.3.1 CRISE SUBPRIME

Em meados de 2007 ocorreu nos Estados Unidos (EUA) o que ficou conhecido mundialmente como a crise do crédito imobiliário – *subprime* - americano. Segundo a Solidus (2007), esta linha de crédito é considerada de alto risco e acabou atingindo um nível preocupante de inadimplência no país a partir de 2004, quando a política do governo norte americano foi de aumento das taxas de juros. Entre 2001 a 2003, os EUA experimentaram um período de baixas taxas de juros, criando um incentivo ao financiamento na época e eram ofertadas taxas pós-fixadas para o segmento *subprime*.

Seguindo ainda as idéias de Solidus (2007), a partir de 2003, a taxa de juros americana voltou a subir, passando de 1%, para 5,25%, pressionando as pessoas que optavam por este tipo de taxa. Com uma inadimplência aumentando, consequentemente, os valores dos imóveis começaram a cair. O auge desta crise aconteceu no final do mês de julho e agosto de 2007, com a quebra de diversos fundos lastreados em hipoteca imobiliária. Isto começou a causar tensões relacionadas a uma possível contaminação da crise deste segmento para o restante da economia através de um contagio financeiro.

Uma crise de confiança dos bancos para os consumidores foi instaurada, forçando os bancos a não mais ofertar empréstimos com medo de calotes. Com a diminuição do crédito, os gastos com consumo reduziram e afetaram a produção local e países exportadores.

Segundo Solidus (2007), as perdas relacionadas ao *subprime* estavam relacionadas à aversão ao risco que traz maiores prejuízos aos mercados emergentes. Entretanto, graças ao forte crescimento em suas reservas internacionais e de seus superávits em contas correntes, essas economias estariam aptas a enfrentar este ajuste mundial, diferentemente das economias européias ricas, que, no entanto, a crise do *subprime* e o nervosismo dos investidores forçaram os bancos a restringir o crédito, prejudicando o crescimento da demanda doméstica.

O Brasil adotou um conjunto de medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia do país. Carvalho (2010, p.15) aponta alguns destas medidas:

"Redução do superávit primário em 2009, de 4,3% para 3,8; injeção de dólar na economia pelo BACEN para evitar a especulação do real; incentivos a exportação e a redução do compulsório. O Brasil que vinha sendo beneficiado com as exportações de *commodities* sensibilizou-se com a queda dos preços e com a retração mundial. Com a queda do crédito, o BACEN transferiu recursos aos bancos comerciais para desobstruir o canal crédito. A partir de meados de 2009, a melhoria de alguns indicadores financeiros demonstrou a o otimismo de empresários e economistas que previam crescimento econômico já em 2010."

Com todas estas medidas, o Brasil passou pela crise aderindo também a fortes políticas de créditos que serão abordadas no próximo capitulo, juntamente com o crescimento do crédito no Brasil nos últimos anos.

2.3.2 AÇÕES GOVERNAMENTAIS E DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA INCENTIVO AO CRÉDITO

Segundo Koyama e Nakane (2007), o estudo do comportamento do volume de crédito é importante, pois no curto prazo, o chamado canal de crédito é um dos mecanismos de transmissão da política monetária mais relevantes e poderosos. No longo prazo, existe uma evidencia empírica considerável sobre a importância de mercados de crédito para o crescimento econômico. Assim, a avaliação do volume de crédito é importante para o bem-estar social e para a atividade econômica nacional.

Os bancos, através das operações de créditos proporcionam o crescimento ou não da economia via investimentos e consumo. Deste modo, os bancos tiveram uma função muito importante no período posterior a crise mundial de 2008 pois foram os agentes da política monetária que coordenaram as taxas de juros na economia, para assegurar seu principal objetivo que é o controle de preços.

2.4 CRÉDITO CONSIGNADO

O crédito consignado foi regularizado pela lei n° 10.820 de 17 de dezembro de 2003, tendo grande aceitação entre os créditos pessoais principalmente entre os tomadores assalariados do governo, como funcionários públicos, aposentados e pensionistas. No artigo 1° da referida lei consta:

"Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT... poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos."

Os referidos descontos não podem ultrapassar a 30% da remuneração disponível. Cabe ao empregador fornecer as devidas informações ao empregado e à instituição consignatária, mediante solicitação formal do primeiro, para a contratação da operação de crédito e então efetuar os descontos na folha de pagamento do empregado de acordo com o contrato pactuado entre as três partes. Um contrato entre empregador e a instituição consignatária também é necessário para que haja transferência de dados entre as partes, prevalecendo as leis de sigilo bancário e segurança bancária.

O mecanismo de retenção da renda e o de sua transferência ao banco pelo empregador aumenta a garantia de recebimento na modalidade Crédito Consignado em comparação ao Empréstimo Pessoal (Rodrigues, et al, 2006).

Segundo Koyama e Nakane (2007), a redução do risco de crédito e dos juros e spreads pagos pelos tomadores são os principais benefícios econômicos da adoção da consignação em folha de pagamento para o pagamento das prestações da operação de crédito. Além disso, a redução do risco de inadimplência beneficia os potenciais tomadores com encargos mais baixos e reduz do risco sistêmico, permitindo uma reativação mais rápida do canal de crédito na economia após recessão/choques, pois tende a amortecer estes choques e recuperar a economia pelo menor risco atrelado.

Ao conceder um empréstimo consignado, além das exigências cadastrais tradicionais (histórico de crédito e renda, por exemplo), o banco deve observar o valor estimado da indenização que caberia ao tomador em caso de demissão involuntária ou sem justa causa, verificando se esse montante seria suficiente para saldar a dívida ou a sua maior parte. Isso porque até 30% dessa indenização poderá ser utilizada para saldar o saldo devedor do crédito existente.

2.5 MERCADO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Verificando o gráfico 2 constata-se o crédito consignado para trabalhadores em constante expansão nos últimos anos, com um aumento significativo a partir de 2009, após a crise mundial de 2008. Constata-se ainda um crescimento de 75% no crédito consignado entre os anos de 2009 e 2010, conforme dados do Sistema Gerenciador de

Series Temporal, sendo que em 2009 houve crescimento de 36% em relação ao ano anterior e em 2010 crescimento de 28% em relação aos dados de dezembro de 2009.

Comparando-se este tipo de crédito para trabalhadores públicos e privados é evidente a concentração do saldo para os trabalhadores públicos. Segundo o BCB (2009), este fato é decorrente do maior grau de convênios firmados com instituições públicas, bem como o menor risco de demissão dos funcionários públicos na maioria das vezes concursados e com maiores níveis salariais.

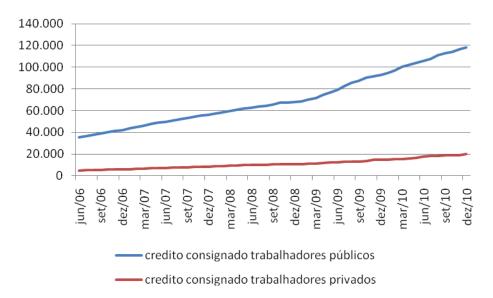


Gráfico 2 - Evolução do Crédito Consignado para trabalhadores públicos e privados de 2006 a 2010 (milhões).

Fonte: Banco Central, SGS – Sistema Gerenciador de Series Temporal

A seguir serão apresentados dados das contratações de crédito consignado no Banco *Consig*, que será alvo do presente estudo.

2.5.1 CRÉDITO CONSIGNADO NO BANCO CONSIG EM 2009 E 2010

Segundo o comunicado a imprensa do Banco *Consig*, o crédito às pessoas físicas expandiu 88,1% em 2009 representando mais de 30% da carteira de crédito total do Banco, crescimento maior que 2008 que foi de 21,7%. Entre as linhas de crédito ao consumo, o crédito consignado atingiu uma expansão de 107,2% no ano de 2009.

Já em 2010, o crédito às pessoas físicas atingiu crescimento de 23,2% no ano com destaque ao crescimento do crédito consignado atingindo expansão de 23% no ano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem escolhida para esta pesquisa foi uma análise qualitativa, através de um Estudo de Caso, pois consiste em analisar o fenômeno do aumento de crédito no Banco *Consig* contratado em 2009 a 2010. Para obter os dados da pesquisa proposta neste trabalho, foi utilizado como ferramenta um questionário para coleta de dados que será detalhado logo a seguir.

3.1 BANCO CONSIG

O Banco *Consig*, nome utilizado de forma fictícia, para não expor o banco analisado, objeto deste trabalho, possui em sua base de clientes pessoa física, funcionários públicos, profissionais liberais e trabalhadores assalariados de empresas privadas, além de aposentados e pensionistas do INSS.

Este banco possui diversas modalidades de crédito para pessoa física, sendo os principais, o crédito pessoal que se incluem o crédito consignado em folha, empréstimos com débitos em conta corrente vinculada a convênios firmados com o empregador do cliente, e empréstimos pessoais sem vínculos. Todas as linhas de crédito estão disponíveis a clientes com análise de crédito vigente, que abrange informações de renda atualizada e ausência de restrições cadastrais em órgãos de proteção ao crédito e receita federal.

As taxas de juros praticadas dependem do nível de relacionamento, do convênio firmado com a entidade pagadora de proventos, com a modalidade de crédito, além do nível de risco desta modalidade. O crédito consignado possui a menor taxa de juros entre todas as modalidades e funcionários públicos tendem a ter uma taxa diferenciada, pois possuem menor risco de retorno dos valores contratados.

3.2 PÚBLICO ALVO DA PESQUISA

Para aplicação do questionário, foram escolhidos aleatoriamente no banco de dados do Banco *Consig*, 50 clientes pessoa física com as características abaixo, tendo seus nomes e profissão em sigilo para preservá-los:

- Funcionário de Instituições Públicas;
- Renda Bruta acima de R\$ 6.000,00;

- Crédito Consignado no portfólio de opção de contratação de Crédito pessoa física;
- Limite de crédito para contratação de Crédito Consignado firmado com o banco;
 - Sem restrições cadastrais;
 - Contratação de crédito consignado no período entre 2009 e 2010.

Estes clientes foram analisados por serem pessoas físicas funcionários de empresa pública que possuem historicamente boa aceitação do crédito consignado. Este público tem na maioria das vezes opção deste crédito em seu portfólio de produtos, o que facilitou a obtenção de amostra.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para análise das questões propostas neste trabalho foi coletado informações do banco de dados do Banco *Consig* e utilizado um questionário como instrumento para análise destes dados. O questionário foi aplicado através da coleta de informações do banco de dados do Banco *Consig* em uma amostra de clientes pré selecionada. Esta amostra foi selecionada pelas características do cliente, conforme o público alvo da pesquisa já detalhado.

Não foi utilizado entrevista direta com o cliente. Assim, o questionário demonstrou-se como um instrumento mais objetivo e preciso, na coleta de informações de dados do histórico do cliente. Os dados para esse trabalho foram obtidos durante o segundo semestre de 2011 a 50 clientes do Banco *Consig* escolhidos de acordo com o perfil da pesquisa.

O questionário é composto por questões simples de múltipla escolha assinaladas com (X), conforme apêndice 1. As questões têm o objetivo de identificar o perfil dos clientes potenciais de credito consignado, avaliando a idade, o sexo e estado civil. Também foi analisado se o cliente possuía ou não crédito consignado antes do período pesquisado, qual o valor da parcela que foi contratada e qual a porcentagem de endividamento em relação a renda bruta do cliente. Estes dados serão úteis para confirmar se houve no período analisado maior endividamento dos clientes. Com o auxilio do GOOGLEFORMS estes dados foram tabulados demonstrando os resultados através da apresentação de gráficos. De posse das respostas compiladas e tabuladas foram analisados os gráficos, como iremos ver no próximo capítulo.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Algumas modalidades de empréstimos pessoais disponíveis no Banco *Consig* podem ser analisadas na tabela 1. Dentre estas modalidades, os financiamentos de veículos e imóveis apresentam as menores taxas praticadas. Isto é possível pois estão atrelados a uma garantia real, onde o risco da operação diminui. Caso haja inadimplência na operação o bem é utilizado para quitar a dívida, diferente dos outros créditos onde não existe esta garantia.

O crédito consignado é uma modalidade de crédito pessoal que, embora não esteja atrelada a um bem específico, é garantido pela permanência do cliente na empresa ou órgão público onde o cliente trabalha e que possua convênio com o Banco. A operação fica melhor garantida pelo desconto no salário do cliente, que recebe seus proventos já com o valor da parcela devida deduzida. Esta segurança faz com as taxas de juros deste tipo de empréstimo seja reduzida, ficando abaixo de outras linhas de crédito pessoal.

Tabela 1 – Principais Modalidades de Empréstimos e Financiamentos no Banco Consig

Modalidade	Características
Crédito Novo	Crédito não vinculado a um bem específico. O valor é disponibilizado em conta corrente e pode ser descontado no contra-cheque do cliente (crédito consignado) ou direto da conta corrente.
Renovação de Empréstimos	Alongar o prazo de empréstimos contratados e/ou diminuir o valor da parcela. Pode-se ainda contratar valor extra, na mesma operação.
Antecipação de créditos	Antecipação de 13 salário/Restituição de IR
Financiamento de Veículos	Vinculado a um bem: veículos novos ou usados
Financiamento de Imóveis	Vinculado a um bem: imóveis novos ou usados.

Para conseguir os resultados desta pesquisa foi necessária a compilação dos dados adquiridos através do questionário (apêndice 1) e da revisão bibliográfica. Com base nestas fontes pôde-se obter diversas informações importantes apresentadas neste capítulo.

O questionário foi aplicado em um público de 50 clientes do Banco *Consig*, dos quais 54% eram homens e 46% mulheres. Dentre este público, a maior parte, 64% eram casados, conforme os gráficos 3 e 4 abaixo extraídos da compilação dos dados.

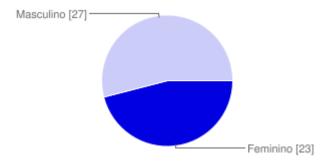


Gráfico 3 - Sexo da amostra de clientes pesquisados Fonte: Elaborado pela autora

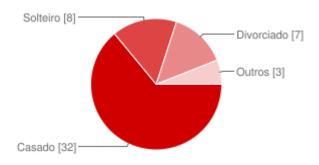


Gráfico 4 – Estado Civil da amostra de clientes pesquisados Fonte: Elaborado pela autora

Fica comprovado que o perfil de clientes que contrataram crédito consignado no período são na maioria clientes casados, demonstrando homogeneidade compatível com o perfil do público geral no Banco.

A amostra evidenciou a maioria de clientes com idade entre 51 a 60 anos. Foram 26 clientes nesta faixa etária e nenhum cliente com menos de 30 anos conforme o gráfico 5. Isto demonstrou que os clientes do banco com renda maior de R\$ 6.000.00, são na maioria clientes com idade acima de 50 anos e, portanto, aposentados ou em via de aposentadoria. A pesquisa não focou se os clientes estão ou não em atividade (aposentados ou na ativa), porém demonstra-se um público potencial nesta faixa etária, a partir de 40 anos, para se trabalhar a oferta do crédito consignado.

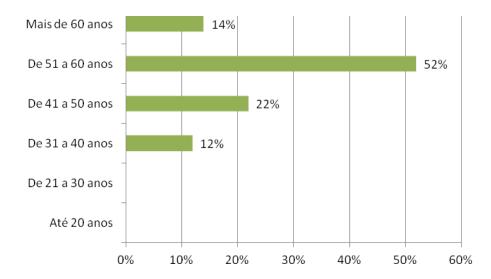


Gráfico 5 – Faixa etária dos clientes pesquisados Fonte: Elaborado pela autora

Todos os clientes selecionados tinham renda maior que R\$ 6.000,00 e dentre o público pesquisado, 18 clientes tinham renda maior que R\$15.000,00, conforme apresentado no gráfico 6, evidenciando que a maioria da população pesquisada possui renda mais alta e consome o produto crédito. Podemos deduzir que o crédito está sendo utilizado para financiar projetos e bens de clientes ou até mesmo sendo usado como alternativa para pagamento de dívidas por pessoas com as faixas salariais mais altas e não apenas pela população de baixa renda, como é comumente anunciado por noticiários e pesquisas.

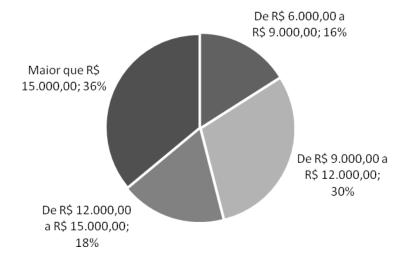


Gráfico 6 – Renda Bruta dos Clientes pesquisados Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos clientes pesquisados já tinha histórico de contratações de crédito consignado no Banco *Consig*. Apenas 22% ainda não haviam utilizado o crédito consignado antes do período analisado, conforme mostra o gráfico 7. Confirma-se então que a grande maioria da população estudada já possuía crédito antes do período estudado. Pode-se dizer que houve crescimento em torno de 22% da população com posse de crédito consignado no período. Confirma-se também os dados conforme visto na revisão bibliográfica sobre os números do Banco *Consig*, onde consta expansão de 23% em 2010 no crédito consignado total no Banco.

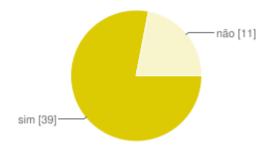


Gráfico 7 – Histórico de contratação de crédito consignado no Banco *Consig*Fonte: Elaborado pela autora

Os valores médios das parcelas dos contratos ficaram conforme o gráfico 8. A maior parte das contratações teve parcelas maiores que R\$ 2.500,00, equivalente a 14 clientes pesquisados. Apenas 3 clientes contrataram operações com parcelas memores que R\$ 500.00.

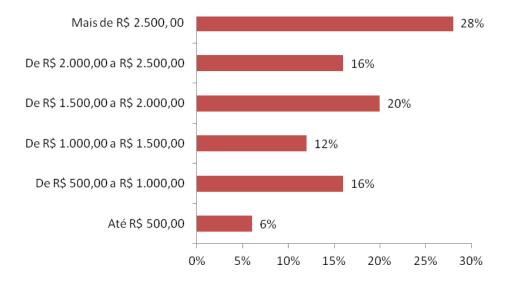


Gráfico 8 – Valor das parcelas contratadas de crédito consignado na amostra analisada Fonte: Elaborado pela autora

O valor das parcelas contratadas em relação a renda do cliente dentre os clientes pesquisados estão apresentados no gráfico 9. A maioria dos valores das contratações (27) ficou entre 15% a 30% da renda dos clientes, apenas 1 contratação ficou com valor acima dos 30% da renda e apenas 5 clientes contrataram operações que impactaram sua renda em até 5%. Portanto, a maioria dos valores das parcelas em relação a renda bruta dos clientes ficaram abaixo dos 30% regulamentado, conforme exposto na revisão bibliográfica, significando um cumprimento com a legislação por parte dos órgãos pagadores e do Banco *Consig*.

Verifica-se, portanto que o endividamento dos clientes, na maioria dos casos, ficou no limite do permitido pela legislação (30%), evidenciando um alto endividamento dos clientes em relação a renda bruta. Pode-se verificar ainda que existe potencial para novas contratações dos demais clientes, pois em torno de 45% da amostra ainda não chegou nem na metade do total de endividamento permitido.

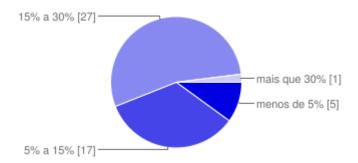


Gráfico 9 – Valor das parcelas contratadas em relação a renda dos clientes Fonte: Elaborado pela autora

Confirmou-se, portanto, mais uma vez que o crédito consignado é uma alternativa para o financiamento de bens, ou quaisquer outra finalidade em um público com renda acima da média do mercado.

O crescimento do crédito consignado no Banco *Consig* pode ser verificado de acordo com os dados informados pelo próprio Banco, confirmando que a política monetária no período da crise mundial do *subprime* e após crise, foi eficiente com o mecanismo de transmissão do crédito analisado no Capítulo 2.5.

Assim, de acordo com os dados obtidos, podemos realizar algumas conclusões, as quais serão dispostas no próximo e último capítulo.

5 CONCLUSÃO

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o crédito consignado no Brasil cresceu 73% entre 2009 e 2010. Pode-se observar um crescimento maior em 2009 onde o aumento foi de 36% em relação a dezembro do ano de 2008. De acordo com os dados do Banco Central (Gráfico 2) e do comunicado a imprensa do Banco *Consig* (Capítulo 2, item 2.7.1), o Banco *Consig* acompanhou o crescimento no crédito pessoal, destacando-se no crédito consignado, onde houve expansão de 107,2% em 2009 neste produto, muito acima da média nacional. No entanto, no ano de 2010 o aumento do crédito consignado no Banco *Consig* foi menos expressivo, 23%, ficando um pouco abaixo da média nacional que apresentou crescimento de 28%.

Este crescimento menor em 2010 pode ter sido motivado pela reação das outras instituições financeiras que também atuam no crédito consignado e que precisaram ganhar mercado no produto para obter ganhos de escala e continuar competitivas. Uma análise do setor poderia ser realizada para buscar os motivos deste menor crescimento do crédito em 2010. Assim, pode-se observar que após crise do *subprime*, com as taxas de juros em declínio no Brasil, houve aumento significativo do crédito em geral e uma expansão expressiva do crédito consignado.

A pesquisa referente à utilização do crédito consignado identificou que a maior parte dos clientes da amostra da pesquisa já possuía crédito consignado. Assim, pode-se dizer que houve um aumento no valor das operações e uma concentração das contratações principalmente em 2009, visto que se observou um aumento geral do volume de contratos neste ano. Pode se comprovar a eficiência da política monetária no Brasil neste período incentivando o crédito, para investimento e consumo de bens duráveis, através do canal de transmissão pelos bancos comerciais.

Pode-se constatar um crescimento do endividamento dos clientes pesquisado, sendo que a maior parte já tinha consumido crédito em anos anteriores ou ainda possuíam operações em ser, complementando-as com novas contratações.

A maior parte do público pesquisado possuía renda maior que R\$ 15.000, por isso o valor médio das parcelas ficaram maiores que R\$ 2.500,00. No entanto o valor das parcelas em relação a renda bruta dos clientes ficou abaixo dos 30% regulamentado, conforme exposto na revisão bibliográfica, significando um cumprimento com a legislação por parte dos órgãos pagadores e do Banco *Consig*. Além disso, comprovouse que o crédito consignado é bastante utilizado por clientes com maior renda.

O presente estudo mostrou que as operações de crédito consignado são bastante atrativas, principalmente pelas taxas de juros cobradas em relação a outros empréstimos e por ser uma modalidade de crédito pessoal não vinculado a um bem específico, podendo o cliente utilizá-lo para qualquer finalidade, seja para liquidar dívidas de maior taxa, comprar bens, etc. Também oferecem menor risco de inadimplência para os bancos, embora esta avaliação não foi o objetivo deste trabalho sendo esta questão uma continuação desta pesquisa.

Este estudo pode auxiliar os funcionários das instituições financeiras que possuem o crédito consignado na cesta de produtos a melhor divulgar os benefícios do produto. Também será útil para amparar as campanhas publicitárias específicas para o público alvo da pesquisa, auxiliando na divulgação e explicação dos benefícios do produto, assim como suas diversas formas de utilização.

6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BCB. Banco Central do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil 2008**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO. Acesso em: 22 abr.2011.

BCB. Banco Central do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil 2009**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO. Acesso em: 22 abr.2011.

BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório de Inflação:** Evolução dos Indicadores de Endividamento e Comprometimento de Renda após a Crise. Março 2010. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2010/03/ri201003b2p.pdf. Acesso em: 22 abr. 2011.

BOGDANSKI, Joel; TOMBINI, Alexandre Antonio; WERLANG, Sergio Ribeiro C. A **Implementação do Regime de Metas para a Inflação no Brasil**. Working Papers, BCB, Julho, 2000. Disponível em: www.bcb.gov.br/pec/wps/port/default.asp. Acesso em: 20 abr. 2011

CARVALHO, David Ferreira; A crise financeira dos EUA e suas prováveis repercussões na economia global e na America Latina: uma abordagem pósminskyana. Artigo aceito para apresentação no III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira de 11 a 13 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2010/05.pdf . Acesso em 20 abr. 2011.

FONSECA, Marcos Wagner da. **Mecanismos de transmissão da Política Monetária no Brasil:** Uma Análise Pós-Regime de Metas de Inflação. Tese Doutorado. Curitiba, UFPR, 2008.

KOYAMA, Sergio Mikio; NAKANE, Marcio I. **Relatório de Economia Bancária e Crédito 2007.** Escolha do Banco e Volume de Empréstimos: um modelo de decisão em duas etapas aplicado para o Brasil. Banco Central do Brasil, 2007. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2007.pd f. Acesso em: 22 abr.2011.

MODENESI, Andre De Melo. **Regimes Monetários:** Teoria e a Experiência do Real. Rio de Janeiro, Ed. Manole, 2005.

RODRIGUES, Eduardo A. S; CHU, Victorio; ALENCAR, Leonardo S.; TAKEDA, Tony. O Efeito da Consignação em Folha nas Taxas de Juros dos Empréstimos Pessoais, ABRIL, 2006. Disponível em:

http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/2006_1/eduardo_rodrigues_28_04_2006.pdf. Acesso em 26 abr. 2011

SOLIDUS S.A Corretora de Cãmbio e Valores Imobiliários. **Análise em Evidência:** A Crise do *Subprime* e a economia mundial. 10 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.solidus.com.br/arquivos/A%20Crise%20do%20Subprime%20e%20a%20economia%20mund ial.pdf Acesso em:20 abr. 2011.

APENDICE 1

QUESTIONÁRIO

Este questionário tem como objetivo traçar a finalidade que foram utilizados os valores contratados de crédito consignado no "Banco *Consig*". Os clientes pesquisados terão os nomes e profissão em sigilo. A amostra é composta de clientes com renda acima de R\$6.000,00 que contrataram crédito consignado entre 2009 e 2010. Todos os pesquisados são funcionários de instituições públicas com convênio de crédito consignado com o "Banco *Consig*".

Sex	Sexo:		
0	Feminino		
	Masculino		
Idade			
0000	Até 20 anos		
	De 21 a 30 anos		
	De 31 a 40 anos		
	De 41 a 50 anos		
0	De 51 a 60 anos		
0	Mais de 60 anos		
Estado Civil			
0	Casado		
	Solteiro		
0	Divorciado		
0	Outros		
	n histórico de utilização de crédito antes de 2009 no Banco Consig?		
0	sim		
0	não		
	al o valor total da parcela dos contratos?		
000	Até R\$ 500,00		
	De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00		
	De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00		
0	De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00		
0	De R\$ 2.000,00 a R\$ 2.500,00		
0	Mais de R\$ 2.500, 00		

Qual a renda bruta do cliente?
De R\$ 6.000,00 a R\$ 9.000,00
De R\$ 9.000,00 a R\$ 12.000,00
De R\$ 12.000,00 a R\$ 15.000,00
Maior que R\$ 15.000,00
Qual o percentual da renda bruta do cliente foi utilizado na(s) contratações?
menos de 5%
S% a 15%
15% a 30%
mais que 30%
Enviar

Tecnologia Google Docs Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais